

Seminário Internacional Avaliação Institucional da Educação Superior e Reformas do Estado: o sentido da Avaliação das IES

MARIA AMÉLIA SABBAG ZAINKO*

* Professora titular, aposentada, ex-vice-reitora da UFPR.

Recebimento: 12/03/03

Aprovação: 22/05/2003

Introdução

Fruto de uma bem articulada conjugação de esforços entre o CIVITAS - Instituto Internacional de Estudos Avançados em Ciência, Técnica e Cultura, uma organização não – governamental, sintonizada com seu tempo, a Universidade Federal do Paraná – UFPR e a RAIES - Rede de Avaliação de Instituições de Ensino Superior e o oportuno financiamento de parte das atividades pela Fundação Araucária, objetivando trazer para o debate uma das questões mais importantes para o futuro da Universidade, o Seminário oportunizou a retomada do processo de Avaliação Institucional, inclusive com o lançamento do Programa de Avaliação Institucional da UFPR gestão 2002-2006. Envolvendo dirigentes universitários, com especial ênfase para o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Prof. Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos, para o Reitor da UFPR Prof. Dr. Carlos Augusto Moreira Júnior, e dirigentes de instituições de Educação Superior da Região, especialistas nacionais e internacionais, com experiência significativa na área, dirigentes e professores de diversas instituições de ensino superior do Estado, o Seminário ampliou as perspectivas dos debates e sugeriu o teor do documento final, construído coletivamente pelos participantes, denominado **Avaliação Institucional da Educação Superior, na perspectiva da cooperação, do intercâmbio e do entendimento intercultural.**

1. Antecedentes e justificativa

Na realidade atual, a avaliação das instituições universitárias coloca -se como elemento fundamental da mudança que se faz necessária, em relação à qualidade acadêmica dos processos de formação / informação de diferentes cidadãos e profissionais.

Neste sentido se insere e ganha relevância a elaboração / revisão dos conceitos que sustentam os projetos de avaliação que se desenvolvem no interior das Universidades, principalmente quando estas são estimuladas a elaborar e dar consistência aos seus Planos de Desenvolvimento Institucional.

Tendo por base as idéias de DIAS SOBRINHO e contando com participantes nacionais que vivenciaram a experiência de construção do PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), o sentido de avaliação mobilizadora e estimuladora da mudança esteve revestido de características essenciais aos processos avaliativos:

- o seu caráter de **globalidade** (deve envolver não só os cursos de graduação e pós-graduação, mas todas as funções do contexto da instituição possibilitando uma articulação entre estruturas pedagógicas e administrativas);
- a construção de um processo **participativo e negociado**;
- a sua função **operatória e estruturante** (avaliação orientada para a tomada de decisões e a transformação da realidade, ao longo do processo);
- a sua função **formativa**;
- a **legitimidade** política e técnica do processo;
- a sua capacidade de estar **adaptada a cada instituição**;
- a **articulação** com as demandas do mundo da vida e do trabalho.

Respeitadas estas características, fica evidente que cada processo construído cotidiana e coletivamente é único, muito embora a análise de conjunto seja fundamental para compreender a trajetória da avaliação nas universidades, bem como para estabelecer as bases para a transformação da prática universitária.

Por outro lado, o conceito de Avaliação Institucional trazido para o debate foi o de processo que ultrapassa amplamente as iniciativas fragmentadas e tópicas de avaliação que ocorrem todos os dias em uma universidade.

Isto tornou evidente para os participantes que é preciso construir uma cultura de avaliação na qual a participação seja efetivamente a palavra-chave no processo de reconstrução e de resgate do papel da Universidade Brasileira e Latino - Americana junto a sociedade local, regional, nacional e internacional.

A organização do Seminário Internacional Avaliação Institucional da Educação Superior e Reformas do Estado procurou o tempo todo colocar à disposição da comunidade universitária as reflexões de eminentes professores/ pesquisadores

que tratam da temática, tendo vivenciado práticas extremamente relevantes em suas universidades. Dentre estes destacam-se os professores: Denise B.C. Leite, da UFRGS, Dilvo Ristoff da UFSC, Maria Isabel da Cunha da UNISINOS, José Dias Sobrinho, da UNICAMP, Maria Lúcia Accioly T. Pinto, Odilon Carlos Nunes, Valdo José Cavalet, Zaki Akel Sobrinho, Maria Amélia Sabbag Zainko e Carlos Roberto Antunes dos Santos, da UFPR, Ana Maria Eyng, da PUCPR e do CIVITAS, Rosanne Sabbag Watkins, do CIVITAS, Jorge Brovetto e Cristina Contera da UDELAR- Uruguai, Daniel Jorge Cano, da Universidade do Litoral, Argentina, além de alunos do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCPR, Eliseu Bertelli, Marcos José Zablonski, José Luiz Moreira, Christina P. C. Ceppeda, Maria Regina T. R. Rauen e Nara Plokharski.

2. Resultados

Como resultados mais significativos tivemos: discussões efetivas, intercâmbio de experiências, produção coletiva de documentos, apresentação de reflexões teóricas, lançamento de cadernos de avaliação institucional, parcerias e envolvimento de alunos de pós-graduação e de graduação com profissionais de renomada experiência intelectual. Merece destaque também a socialização dos textos produzidos e apresentações realizadas e a produção coletiva de documentos ao final de cada etapa, disseminando conhecimento atualizado sobre a questão da avaliação da Educação Superior.

O Seminário também gerou como desdobramentos a continuidade das reflexões e dos intercâmbios em um **Encontro Internacional sobre Avaliação Institucional, Cooperação e Entendimento Intercultural**, realizado em Fevereiro de 2003 e uma fase internacional final do **Seminário Avaliação Institucional da Educação Superior e Reformas do Estado**, realizada em março de 2003.

3. A presença do Governo Federal

Com o tema Políticas de Avaliação em um governo comprometido com o Desenvolvimento Social, o Secretário Nacional de Educação Superior, Prof. Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos, proferiu Conferência de Abertura da fase Internacional, realizada em março enfatizando a necessidade de se ter o olhar sobre o presente da Universidade Brasileira, balizado pela utopia da construção de uma nova Universidade, a “Universidade XXI”, em um ambiente de inclusão social, porque para esse Governo é preciso que todos sejam iguais na cidadania e com o compromisso da construção de um saber que vai além do conhecimento.

Para tanto, é necessário que se desenvolvam processos avaliativos de forma sistemática, subsidiados inclusive com recursos financeiros da SESU para que

seja possível estabelecer um novo contrato social entre Universidade e Sociedade.

Nesse novo contrato, a qualidade social e a excelência acadêmica, requisitos da condição de existência da Universidade, devem permear as ações das Universidades Públicas sem, no entanto, deixar de estendê-las e compartilhá-las com as Universidades Privadas.

A gestão ora iniciada já vem encaminhando ações pontuais que resultam em mudança de enfoque e de entendimento de que sendo a Educação Superior ponto estratégico para o desenvolvimento é necessário que haja integração entre graduação e pós-graduação, integração com o Ensino Fundamental e Médio, interiorização da Universidade e reforço dos laços com a sociedade.

Para isso é pretensão do governo federal retomar o processo de Avaliação Institucional de maneira ampla e valendo-se das experiências bem sucedidas do passado e do presente

4. Os documentos produzidos coletivamente

Documento final do encontro de dezembro de 2002

Reunidos em Curitiba, nos dias 02 e 03 de dezembro de 2002, os participantes do Seminário Internacional da Avaliação Institucional da Educação Superior em sua Fase Nacional, destacaram o papel da Avaliação Institucional na construção de caminhos alternativos para a transformação da Educação Superior, tornando evidente o seu compromisso contemporâneo com um desenvolvimento social, ou seja em prol de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais harmônica, mais democrática e menos excludente. Nesse sentido reafirmaram que:

- A avaliação deve possibilitar à universidade a construção de um projeto de desenvolvimento acadêmico sustentado por princípios como a democracia, a autonomia, a pertinência e a responsabilidade social.

- A avaliação institucional não ocorre por decreto, nem acontece por imposição, se faz pelo comprometimento, pela adesão dos vários segmentos da instituição em todos os momentos da construção do processo avaliativo, incluindo definição, implantação, desenvolvimento, avaliação e divulgação. Isto implica em conceber a avaliação como democrática, participativa, contextualizada no âmbito dos anseios, expectativas e preocupações dos atores institucionais e das demandas da sociedade como um todo.

- Considerada numa perspectiva processual, sistêmica e contextualizada, deve buscar a superação dos equívocos quando:

- Não faz distinção entre instituição e organização.
- Privilegia o produto em detrimento do processo.

- Acredita que a soma de avaliações pontuais constitui a avaliação institucional.
- Atribui a ação avaliativa a um grupo ou órgão específico.
- Adquire função controladora.
- A avaliação institucional como processo estratégico de melhoria da educação superior deveria estar pautada por princípios como:
 - Globalidade (deve envolver não só os cursos de graduação e pós-graduação, mas todas as funções da instituição possibilitando uma articulação entre estruturas pedagógicas e administrativas);
 - Participação de todos os envolvidos dentro da instituição;
 - Continuidade (processo formativo);
 - Adesão voluntária;
 - Legitimidade política e técnica;
 - Respeito à identidade de cada instituição;
 - Articulação com as demandas do mundo, da vida e do trabalho.

· Uma universidade deve ser definida e avaliada pelo conjunto de suas funções, de ensino, de pesquisa e de extensão, considerando-se o seu compromisso social de formar o ser humano. Por isso, precisa estar voltada para a busca do saber, da arte e da ciência postos a serviço da justiça.

Uma universidade não pode estar atrelada aos interesses do mercado e a outros interesses que não busquem o bem comum.

· A avaliação com participação e movimento deve se constituir na marca da instituição, onde cada processo construído cotidianamente e coletivamente é único e só pode ser desenvolvido com um intenso envolvimento da comunidade acadêmica, respeitando as demandas da sociedade.

Documento final do Encontro Internacional realizado em Fevereiro de 2003

Realizado no dia 20 de Fevereiro o **Encontro Internacional, sobre Avaliação Institucional, Cooperação e Entendimento Intercultural** contou com a participação de especialistas nacionais e estrangeiros e com presença maciça da administração superior da Universidade Federal do Paraná. Nele foram debatidas as questões da cooperação interuniversitária e da avaliação das políticas da Educação Superior, no Brasil e na América Latina.

De forma cooperativa, plural, dinâmica e participativa, os participantes discutiram o papel da Avaliação Institucional na construção de uma Educação Supe-

rior, comprometida com um projeto de desenvolvimento acadêmico sustentado por princípios como a democracia, a autonomia, a pertinência e a responsabilidade social.

Neste sentido e entendendo que a universidade hoje não vive isolada e que é preciso fortalecer as diversas formas de cooperação interuniversitária, apoiaram a idéia de **constituição de uma Rede de Cooperação para a formulação de Políticas Públicas na área do Ensino Superior latino-americano.**

Essa rede deverá ser integrada pela Universidade Federal do Paraná e as demais instituições que constituem o que vem sendo denominado como Universidade do Paraná. Pelo CIVITAS- Instituto internacional de Estudos Avançados em Ciência, Técnica e Cultura e pela RAIES- Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, como organizações não governamentais brasileiras; pelo ILAEDES- Instituto Latino-americano de Desenvolvimento da Educação; ampliada pelo convite à participação da AUGM- Associação de Universidades Grupo Montevideo, que deverá submeter a decisão ao seu Conselho de Reitores. A AUGM congrega 15 universidades (Nacional de Assunção- Paraguai; da República do Uruguai; Santiago de Chile; Universidad de Buenos Aires, Nacional de La Plata, Nacional de Entre Rios, Nacional del Litoral, Nacional de Rosário e Nacional de Córdoba da Argentina; Federal de Santa Maria, Federal do Rio Grande do Sul; Federal de Santa Catarina; Federal do Paraná; Federal de São Carlos e UNICAMP do Brasil) e, que juntamente com o ILAEDES representará as organizações não-governamentais da América Latina.

Como uma teia de relações institucionais a **Rede agregará professores e pesquisadores das comunidades nacional e internacional, vinculados às Universidades e/ ou organizações da sociedade civil** com vistas a impulsionar um movimento latino-americano de desenvolvimento humano sustentável e de disseminação do conceito de educação, enquanto processo cultural de formação humana.

Para tanto atuará como um **Fórum Permanente de reflexão sobre a Educação Superior na América Latina**, subsidiando a formulação de políticas públicas nos países da região, em especial os que integram o MERCOSUL.

As ações relacionadas com as atividades da Rede deverão ser articuladas por meio de um **Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.**

O Núcleo deverá ter como missão a revisão do conceito de processo de formação associando-o aos valores da educação, enquanto formação humana e o compromisso da responsabilidade social, colaborando de maneira pró-ativa com o movimento latino-americano de superação das desigualdades sociais, de luta pela democracia, de combate a todas as formas de pobreza que impedem a construção de um desenvolvimento social, humano e justo, para a maioria da população.

Finalmente, os participantes concordaram com as indicações do documento do seminário anterior reafirmando que:

- Uma universidade deve ser definida e avaliada pelo conjunto de suas funções, de ensino, de pesquisa e de extensão, considerando-se o seu **compromisso social de formar o ser humano**. Por isso, precisa estar voltada para a busca do saber, da arte e da ciência postos a serviço da justiça.
- Uma universidade **não pode estar atrelada aos interesses do mercado** e a outros interesses que não busquem o bem comum.
- A atuação pautada na **cooperação interuniversitária e inter-organizacional pode levar a universidade a rever o seu papel** na sociedade contemporânea e a liderar as reformas de que o Brasil e os Países da América Latina tanto necessitam.

Documento final do Seminário Internacional de Avaliação Institucional da Educação Superior e Reformas do Estado em sua última fase

Reunidos em Curitiba, nos dias 10, 11 e 12 de março de 2003, os participantes do Seminário Internacional da Avaliação Institucional da Educação Superior e Reformas do Estado em sua Fase Internacional, ratificaram as instituições promotoras como partes integrantes de uma Rede Institucional de Formulação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento da Educação Superior. O Seminário contou nessa fase com o apoio da Fundação Araucária, com a presença da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com a participação de diversas instituições de ensino superior do Estado do Paraná e tomou a Avaliação Institucional, na sua função central de, conforme nos ensina o Prof. José Dias Sobrinho, ter em conta as novas configurações da educação superior, bem como o importante papel da avaliação nas transformações sociais e econômicas que os Estados vêm promovendo, sob a égide do neoliberalismo, do neoconservadorismo e da globalização. Comprometidos com o desafio de propor caminhos alternativos para a transformação da Educação Superior em projeto estratégico na construção de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais harmônica, mais democrática e menos excludente, os participantes levaram em conta que “há uma tendência internacional de fazer da avaliação um poderoso instrumento da mercadorização da educação e do utilitarismo do conhecimento”. Nesse sentido, consideraram que “a avaliação é um instrumento fundamental da Reforma do Estado, como afirmado pelo ministro francês Zuccarelli e que como “tecnologia de poder ou seja, como controle social”, segundo Dias Sobrinho, ela legitima saberes e privilégios para uns e os nega ao menos parcialmente para outros. Finalmente, como fizeram em Dezembro na etapa relativa à fase nacional, e em Fevereiro no Encontro Interna-

cional, os participantes submetidos a uma dinâmica mais participativa puderam em grupos reafirmar os princípios, conceitos e metodologias expressando de forma contundente suas convicções e relatando suas experiências.

Assim, na elaboração deste documento final, como se fosse uma **Carta de Curitiba**, em um efetivo espírito de compartilhamento e envolvidos pela dinâmica de participação plural, os grupos de discussão, considerando os elementos-chave que pontuaram as apresentações nas mesas-redondas, dentre os quais destacam-se:

- a perspectiva de construção de uma nova Universidade pertinente às demandas sociais;
- as lógicas predominantes nas políticas públicas de avaliação (seus fundamentos, estratégias, efeitos...);
- o processo de avaliação em seus múltiplos aspectos (conceituação, princípios, funções, fins, objetos, critérios, métodos, agentes, meta-avaliação...);
- os modelos de avaliação até então vivenciados (construídos coletivamente ou impostos);
- as tendências e tensões na educação superior (poder, controle, medida, autonomia, participação...),

Os participantes buscaram responder a seguinte questão:

Quais as proposições a serem levadas ao Ministério da Educação no sentido de contribuir para a definição de políticas de avaliação em um governo comprometido com o desenvolvimento social?

Após um período muito rico de discussões e de reflexões as suas contribuições foram assim sintetizadas :

- As propostas atuais de avaliação institucional, como o Provão, são dispersas, parciais, incompletas e não levam em conta diagnóstico regional.
- As formas de ingresso na universidade pública (vestibular) e também na particular são eliminatórias e altamente seletivas não assegurando ao ingressante o sucesso e o alcance de seus objetivos.
- A avaliação institucional depende fortemente de planejamento institucional, o que é relativamente recente nas instituições. Não há como avaliar sem uma visão global da instituição e sem a definição de seu papel institucional
- A universidade deve se pautar por uma lógica emancipatória para não perder de vista a função que lhe é própria, ou seja, a formação para a cidadania. Para tanto a universidade deve constituir-se como espaço aberto à pluralidade do social assegurando a legitimidade de instituição pública.

- Esta lógica emancipatória pressupõe liberdade institucional para definir a metodologia mais pertinente aos seus propósitos, sem prescindir de procedimentos de pesquisa qualitativa.
- A lógica emancipatória não pode se dar de forma divorciada do MEC, mas, sem suprimir as particularidades, vincular-se organicamente a sua política de educação pensada para todo o país. Política que corresponde ao estabelecimento de diretrizes gerais, bem como ao apoio financeiro e de infra-estrutura.
- A avaliação deve ter sentido público e social, não de mercado;
- A avaliação deve ter por objetivo melhorar as finalidades públicas;
- A avaliação deve ser global e formativa;
- Deve-se construir uma cultura de avaliação como um processo contínuo, permanente, participativo e democrático;
- A avaliação deve focalizar as grandes estruturas e relações (ensino, pesquisa, extensão...) vinculadas às questões fundamentais das IES (missão, formação, educação humana integral);
- Criar uma cultura de avaliação que rompa as resistências e favoreça a participação;
- Transformar o “Provão” em instrumento de reflexão pedagógica, de acompanhamento longitudinal e por amostragem;
- O mais importante é assegurar princípios que correspondam aos valores públicos, sociais, democráticos, éticos...e não de controle, “ranqueamento”, punição, seleção, vinculação com financiamentos, etc;
- Para que a avaliação cumpra de modo completo o seu processo deverá, articuladamente, realizar os seguintes passos:
 - conhecer; compreender; interpretar; emitir juízo de valor e transformar
- A universidade deve assegurar a sua condição de ser a protagonista da sua política de avaliação vinculada à sua concepção de universidade e de sociedade.
- Idéia central de universidade que o MEC deveria considerar para apresentar a proposta de Avaliação:
 - Universidade voltada para o aluno, comprometida com as questões sociais.
 - A universidade deve ser compreendida de forma mais cooperativa e menos competitiva.

- O que caberia ao Ministério na questão da Avaliação:
 - Definir linhas gerais com princípios claros que norteassem as Universidades na elaboração dos processos avaliativos.
- Como deve ser a Avaliação:
 - As universidades teriam autonomia para a construção do modelo de avaliação, atendendo ao princípio básico de não permitir a comparação de desiguais sem, contudo, deixar de dar respostas à sociedade, considerando sua relevância social.
 - O Ministério deveria financiar os processos avaliativos das IES como forma de se responsabilizar pelos mesmos. Os recursos poderiam viabilizar a realização de um diagnóstico mais realista e, principalmente, mais qualitativo da Instituição, que além dos levantamentos quantitativos pudesse estabelecer as relações presentes nas ações cotidianas da Universidade, identificando seus pontos fortes e fracos e subsidiando o processo de crescimento institucional.
- Criação de uma Comissão Nacional de Avaliação para integração de processos, logística e ordenação geral da avaliação da educação superior.
- Avaliação da responsabilidade social das universidades. Avaliação das universidades como bem público.
- Princípios, concepções de avaliação amplamente discutidos na sociedade.
- A titularidade da avaliação deve pertencer às universidades.

Com tais sugestões e observações que mais do que refletir o clima de debate e colaboração que esteve presente durante todo o Seminário, em suas três etapas, registram a importância que a comunidade acadêmica atribui à Avaliação da Educação Superior, os participantes reafirmaram a sua disposição de, por meio da Avaliação Institucional, promover um amplo debate sobre a função social da Universidade Contemporânea, esperando do Ministério da Educação o cumprimento da sua função essencial que é a de se constituir em fomentador do debate e guardião da autonomia como condição para a existência da Universidade.

Curitiba, 12 de março de 2003.